



MERCOSUL/CP-ECDH/ATA Nº 02/21

REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE EDUCAÇÃO E CULTURA EM DIREITOS HUMANOS (CP-ECDH)

Realizou-se no dia 07 de outubro de 2021, em exercício da Presidência *Pro Tempore* de Brasil (PPTB), a Reunião Ordinária da Comissão Permanente Educação e Cultura em Direitos Humanos (CP-ECDH), por sistema de videoconferência, em conformidade com o disposto na Resolução GMC Nº 19/12, com a presença das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. A Delegação da Bolívia participou, em conformidade com o estabelecido na Decisão CMC Nº 13/15.

Durante a reunião, foram tratados os seguintes temas:

1. SEMINÁRIOS VIRTUAIS COM DEFENSORES PÚBLICOS

Não houve manifestação a respeito da proposta quando a palavra foi aberta no âmbito da validação do Programa de Trabalho, item 2 da agenda.

2. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PRELIMINAR DO PROGRAMA DE TRABALHO 2022-2023

Todos os Estados manifestaram-se favoráveis à proposta do Programa de Trabalho 2022-2023.

3. AVANÇOS EM EDUCAÇÃO E CULTURA EM DIREITOS HUMANOS NOS ESTADOS MEMBROS DO MERCOSUL

Argentina: O governo argentino promoveu um conjunto de ações como estratégias de promoção da educação em direitos humanos durante o ano de 2021. Entre elas, seguem destacadas algumas iniciativas, a serem complementadas por meio do anexo encaminhado.

- A produção de um acervo de materiais escritos em formato digital sobre direitos humanos para alunos e professores, realizados pela Direção de Educação para os Direitos Humanos, Gênero e ESI do Ministério da Educação. O material também agrega propostas de atividades para trabalhar os Direitos Humanos em sala de aula.
- Foi anunciado o programa “Juventudes e Direitos” para a apresentação de produções artísticas originais (audiovisual, seja fotográfica, cinema,

podcast, mural ou peça de teatro ou programa de rádio) e de construção coletiva nas temáticas “Participação Juvenil, Educação Sexual Integral, Inclusão e Igualdade, Memória, Verdade e Justiça, Cuidado consigo e para os outros, e Ambiente e Desenvolvimento Sustentável”.

- Criação do Seminário de Pós-Graduação “Direitos Humanos, Fundamentos e Perspectivas” em 2020, que contou com a participação de 1.712 docentes de 63 Universidades Públicas da Argentina.
- Oferta de cursos virtuais da Direção Nacional de Capacitação da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) instruiu 16.778 pessoas até setembro/2021, nos 54 cursos existentes.
- Destacou-se o início da primeira edição do curso virtual “O Direito à Participação e Organização no Ensino Médio”, dirigido a alunos de todas as escolas de ensino médio do país. Já contam com 204 alunos matriculados, o curso busca gerar um espaço de formação para jovens onde possam proporcionar conhecimento sobre seus direitos, promover a troca de experiências no rol de Centros Estudantis, compartilhar estratégias de participação política, educacional e social para o desenvolvimento de ferramentas digitais de direitos humanos.

Paraguai: Seguem destacadas algumas iniciativas compartilhadas, a serem complementadas por meio do anexo encaminhado.

- Educação: O MEC tem implementado o “Plano de Educação em tempos de pandemia”, por meio do qual o direito à educação está garantido. O Programa “Mi almuerzo escolar en familia” continua normalmente.
- Transformação educativa: Foi proposto o projeto de desenho de estratégia de transformação educativa do Paraguai 2030. Estão sendo realizados fóruns a nível nacional e reuniões para a consolidação e realização de análises preliminares.
- A Rede de Direitos Humanos do Ministério da Educação e Ciências - REDHMEC, criada pela Resolução nº 5809/2019, reúne referências de supervisões educacionais e secretarias departamentais de todo o país, que são capacitadas nas mais diversas questões de Direitos Humanos.
- Os trabalhos técnicos de transversalização dos Direitos Humanos continuam com a Diretoria Geral de Desenvolvimento Educacional do MEC, para a transversalização dos mesmos, no Sistema Educacional Nacional.

Uruguai: Seguem destacadas algumas iniciativas compartilhadas, a serem complementadas por meio do anexo encaminhado.

- A Administração Nacional de Educação Pública (ANEP) tem impulsionado as linhas transversais de ação em matéria de Educação e Direitos Humanos para todo o sistema educativo. Dentre os objetivos é possível ressaltar a construção de um espaço educativo onde os direitos sejam respeitados, protegidos, promovidos e garantidos.
- Dentre as linhas estratégicas destacam-se: Educação em Direitos Humanos, Convivência Escolar e Participação; Direitos Humanos e Gênero; Prevenção e abordagem de situações de violência; Proteção de trajetórias educativas com ênfase em população afrodescendente, diversidade sexual, migrantes e deficiência; Implementação da Lei nº 19.140 – Alimentação

saudável e atividade física; Promoção de direitos culturais; Prevenção da saúde integral no marco do sistema educativo e apoio a docentes e comunidades educativas.

Brasil:

- Apresentou o Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos com todos os cursos virtuais e gratuitos disponíveis para capacitação de toda a população nacional. Apresentou o curso de maior acesso, “Introdução a Libras” que ensina a linguagem de sinais usada por deficientes auditivos. Possui até esta data, mais de 604 mil matrículas realizadas.
- Educação regionalizada e direitos humanos, projeto piloto no Arquipélago do Marajó, que propõe a adaptação da linguagem de Direitos Humanos para a região, no que se refere a cultura, desafios e particularidades sociais.
- Estudantes de Atitude: projeto junto às escolas públicas de ensino médio que propõe desafios e competição entre as escolas de forma criativa e inovadora com direito a premio.

4. DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E CULTURA EM DIREITOS HUMANOS DO MERCOSUL

Brasil: apesar do desempenho dos integrantes da equipe de análise, não foi possível repassar o documento para considerações das autoridades do Ministerio. Logo, não foi possível o compartilhamento do documento com as demais delegações. De toda forma, continua o compromisso de encaminhar a todos os Estados assim que finalizado o documento.

5. MANDATOS OUTORGADOS AO IPPDH

5.1. “Compêndio Regional de Boas Práticas sobre Educação em Direitos Humanos”

IPPDH: Secretaria Executiva: foi enviado email em setembro a todos os pontos focais dos Estados, conforme anexo.

5.2. Curso Virtual sobre “Educação em Direitos Humanos em e para o MERCOSUL”

IPPDH: Foram realizados agradecimentos à colaboração da Argentina, por meio da disponibilização do espaço virtual para a realização e organização do curso virtual.

Argentina: A segunda edição do curso teve início em 29 de junho de 2021 na plataforma de educação virtual CamposDH/IPPDH e se encerrará no dia 03 de novembro de 2021. Essa proposta de curso reuniu mais de 300 participantes oriundos da Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Colômbia e o IPPDH. A análise até o momento é que na composição geral do curso, pouco mais de 30% são uruguaios, 21% argentinos, 17% paraguaios, 10% bolivianos e 13% colombianos. 65%

dos participantes têm entre 30 e 49 anos, aproximadamente 20% têm entre 20 e 29 anos e 13% possuem mais de 50 anos. Em termos gerais, mais de dois terços dos participantes são mulheres e/ou a expressão da sua identidade. Em termos de escolaridade alcançada: 2% com ensino secundário completo ou médio; cerca de 23% acessaram uma carreira de ensino superior terciário ou não universitário; 36% concluíram o ensino superior e outros 29% iniciaram ou concluíram uma proposta de pós-graduação. Quanto à distribuição por setor onde desenvolvem suas atividades, a grande maioria afirma trabalhar em instituição de ensino (47%) ou em órgão estadual (44%), e 9% pertencem a organizações da sociedade civil.

6. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

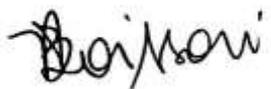
Houve a participação e manifestação de representantes da Sociedade Civil no encerramento da reunião.

A próxima reunião da CP-ECDH ocorrerá em data oportuna a ser indicada pela próxima PPT.

ANEXOS:

Os Anexos que fazem parte da presente Ata são os seguintes:

Anexo I	Lista de Participantes
Anexo II	Agenda
Anexo III	Resumo da Ata
Anexo IV	Programa de Trabalho 2022-2023
Anexo V	Apresentação Argentina
Anexo VI	Apresentação Paraguai
Anexo VII	Apresentação Uruguai
Anexo VIII	Apresentação Brasil
Anexo IX	Documento IPPDH – item 5.1
Anexo X	Informe Argentina – item 5.2

 Pela delegação da Argentina	 Pela delegação do Brasil
 Pela delegação do Paraguai	 Pela delegação do Uruguai



REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE EDUCAÇÃO E CULTURA EM DIREITOS HUMANOS (CP-ECDH)

PARTICIPAÇÃO DE ESTADOS ASSOCIADOS

Ajuda-Memória

A delegação da Bolívia participou em sua condição de Estado Associado, em conformidade com o estabelecido na Decisão CMC Nº 18/04, da Reunião Ordinária da Comissão Permanente Educação e Cultura em Direitos Humanos (CP-ECDH), no tratamento dos seguintes temas da agenda e manifestou seu acordo com respeito à Ata.

Os temas tratados foram:

1. SEMINÁRIOS VIRTUAIS COM DEFENSORES PÚBLICOS
2. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PRELIMINAR DO PLANO DE TRABALHO 2022-2023
3. AVANÇOS EM EDUCAÇÃO E CULTURA EM DIREITOS HUMANOS NOS ESTADOS MEMBROS DO MERCOSUL
4. DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E CULTURA EM DIREITOS HUMANOS DO MERCOSUL
5. MANDATOS OUTORGADOS AO IPPDH
 - 5.1. “Compêndio Regional de Boas Práticas sobre Educação em Direitos Humanos”
 - 5.2. Curso Virtual sobre “Educação em Direitos Humanos em e para o MERCOSUL”
6. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

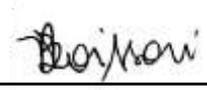


Pela Delegação da Argentina



Pela Delegação do Paraguai

Pela Delegação de Bolívia



Pela Delegação do Brasil



Pela Delegação do Uruguai